



Caderno de Encargos

Feira do Ano de 2023 | Programação Cultural | Equipamentos

Consulta prévia (nos termos da alínea c) do nº 1 do art.º 20º, do CCP aprovado pelo DL nº 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação

PARTE I

DO CONTRATO

Cláusula 1.ª

Objeto

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal o 'Feira do Ano de 2023 | Programação Cultural | Equipamentos', conforme características técnicas constantes da Parte II.

Cláusula 2.ª

Contrato

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 94.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, doravante designado por CCP, o contrato será reduzido a escrito e composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Esclarecimentos e retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP, e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º, desse mesmo diploma legal.
5. Sem prejuízo da sua expressa previsão no contrato, para efeitos do disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 96.º e do n.º 1 do artigo 290.º-A do CCP, na sua atual redação, a fase de execução do contrato será acompanhada por um ou mais gestores do contrato.
6. Cada uma das partes obriga-se a informar, por escrito, a outra parte da identidade e dos contactos dos respetivos representantes previstos no número anterior.

Cláusula 3.ª

Local e Prazo

1. A execução dos serviços contratados deverá decorrer conforme especificações técnicas constantes da parte II, do presente Caderno de Encargos.
2. A execução dos serviços deve contar com o período dos atos preparatórios de montagem e desmontagem, mantendo-se em vigor até à sua conclusão, em conformidade com os respetivos termos e condições, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
3. Todas as despesas e custos com o transporte do bem objeto do contrato para o local da entrega são da responsabilidade do fornecedor.

Cláusula 4.ª

Obrigações do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente Caderno de Encargos, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:
 - a. Disponibilização do serviço de acordo com as especificações técnicas em anexo ao presente caderno de encargos, durante o período de vigência do mesmo;
 - b. Obrigação de cumprimento dos termos gerais a apresentar na proposta até ao termo da execução do contrato;
 - c. Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, à entidade adjudicante os factos que tornem total ou parcialmente impossível a execução do serviço objeto do procedimento, ou o cumprimento de outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com a entidade adjudicante;
 - d. Não ceder, sem prévia autorização da entidade adjudicante, a sua posição contratual no contrato celebrado com esta;
 - e. Não alterar as condições de execução de serviço fora dos casos previstos no presente caderno de encargos;
 - f. Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que é efetuada a prestação de serviço, bem como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias;
 - g. Comunicar à entidade adjudicante qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes

legais com relevância para a execução do serviço, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;

2. São, ainda, da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, na prestação, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
3. Caso a entidade adjudicante vier a ser demandada por ter infringido qualquer dos direitos acima mencionados, o adjudicatário deverá indemnizar o município das respetivas despesas.
4. A título acessório, o adjudicatário fica obrigado a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à execução do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário ao perfeito cumprimento do objeto do contrato.

Cláusula 5.ª

Conformidade e operacionalidade dos bens

1. O prestador obriga-se a entregar ao contraente público os bens objeto do contrato pronto a entrar em funcionamento, com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente caderno de encargos.
2. O serviço objeto do contrato deve ser executado em perfeitas e legais condições de ser utilizado para o fim a que se destina.
3. O prestador de serviços é responsável por qualquer defeito ou discrepância do bem objeto do contrato, que exista no momento em que o mesmo lhe é entregue para utilização ou que se prove ser causador de defeitos que apenas se manifestem em fase posterior.

Cláusula 6.ª

Garantia Técnica

O prestador fica sujeito, com as devidas adaptações às exigências legais e obrigações em matéria relacionada com as garantias técnicas e outras garantias aplicáveis, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 7.ª

Objeto do dever de sigilo

1. O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao cliente, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação à execução do contrato.

2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que esteja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 8.ª

Preço contratual

1. O preço base do procedimento é fixado em 74.797,25€ (setenta e quatro mil setecentos e noventa e sete euros e vinte e cinco cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente exigido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os relativos ao transporte do bem objeto do contrato para o respetivo local.

Cláusula 9.ª

Condições de pagamento

1. A quantia devida pelo Município, deve ser paga, no prazo de 30 dias, após a sua receção pelo Município das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Em caso de discordância, por parte do Município, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
3. As faturas deverão ser emitidas em nome do Município de Montemor-o-Velho NIF: 501272976, sito na Praça da República, 3140-258 Montemor-o-Velho, com referência aos documentos que lhe deram origem, isto é, deve especificar o n.º da encomenda e o respetivo número sequencial de compromisso.
4. Nos termos do artigo 9º do CCP, os contraentes públicos são obrigados, a partir de 18 de abril de 2019, a receber e a processar faturas eletrónicas no modelo estabelecido pela norma europeia respetiva aprovada pela Comissão Europeia e publicitada no portal dos contratos públicos, a que se refere o n.º 3 do artigo 299º-B do CCP.

5. Para efeitos do referido artigo 299º-B e demais legislação aplicável o adjudicatário colaborará com a Divisão Financeira e Património Municipal, para efeitos de integração e processamento no sistema de informação de faturas emitidas em formato eletrónico.
6. Para a implementação da obrigatoriedade legal de receção e processamento de faturação eletrónica, o Município escolheu como parceiro a entidade SAPHETY LEVEL – TRUSTED SERVICES, SA.
7. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de cheque ou transferência bancária, para o IBAN identificado pelo adjudicatário.

Cláusula 10.ª

Penalidades Contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do adjudicatário, sem prejuízo do seu direito de rescindir o contrato, o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a. Pelo incumprimento das datas e prazos dos serviços objeto de contrato, 20% do preço contratual, o qual será deduzido aos pagamentos a efetuar ao prestador de serviços.
2. Poderá haver lugar à resolução do contrato nos termos dos artigos 333º a 335º do CCP, sem prejuízo da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho vir a acionar o direito de indemnização nos termos gerais.

Cláusula 11.ª

Força Maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do Contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior os seguintes casos:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaíam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
 5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior

Cláusula 12.ª

Resolução por parte da Entidade Adjudicante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. A entidade adjudicante pode resolver o contrato quando ocorra qualquer circunstância que leve à perda da confiança entre si e o adjudicatário.
3. O direito de resolução exerce-se mediante notificação, por carta registada com aviso de receção, dirigida ao adjudicatário, da qual consta a indicação da situação de incumprimento, no prazo de 5 (cinco) dias a contar do seu conhecimento pela entidade adjudicante.
4. A resolução do contrato não prejudica o direito à indemnização que caiba à entidade adjudicante, nos termos gerais de direito.

Cláusula 13.ª

Resolução por parte do Adjudicatário

1. O adjudicatário pode resolver o contrato quando ocorra qualquer circunstância que leve à perda da confiança entre si e a entidade adjudicante.
2. O direito de resolução exerce-se mediante notificação, por carta registada com aviso de receção, dirigida à entidade adjudicante, da qual consta a indicação da situação de incumprimento, no prazo de 5 (cinco) dias a contar do seu conhecimento pelo adjudicatário, salvo se esta cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

Cláusula 14.ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 15.ª

Gestor do contrato

Por despacho datado de XX/02/2023, do Sr. Presidente da Câmara Municipal, foi designado gestor do contrato o Dirigente António Manuel dos Santos Alves e, em sua substituição, para os casos de ausência e impedimento deste, o Dirigente José António Costa Pinheiro, para promover o devido acompanhamento permanente da execução do contrato, nos termos do previsto no artigo 290.º-A do CCP, em conjugação com o disposto no artigo 96.º, n.º 1, alínea i), ambos do CCP, em especial o preceituado nos n.ºs 2 a 4 daquele artigo.

Cláusula 17.ª

Contagem dos Prazos

Os prazos previstos para efeitos do presente procedimento contam-se de acordo com o artigo 470º, do Código dos Contratos Públicos, consoante a fase em que o procedimento se encontre.

Cláusula 18.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal agregado e/ou de Círculo da área de circunscrição geográfica da entidade adjudicante, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 19.^a

Casos omissos

Em tudo omissos no presente caderno de encargos e seus anexos, observar-se-á o disposto na legislação nacional e comunitária, nomeadamente nos seguintes diplomas:

- a. Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual;
- b. Demais legislação aplicável.

Cláusula 20.^a

Tratamento de dados

1. Para efeitos da proteção de dados pessoais, atentos os efeitos do contrato e do respetivo caderno de encargos, o cocontratante assume, incondicionalmente, em matéria de dados pessoais, quer no decurso da vigência contratual, quer, quando aplicável e ou exigível, após cessação contratual, na obrigação do exímio e escrupuloso cumprimento do disposto na legislação e regulamentação aplicáveis, designadamente em sede do tratamento de dados, medidas de segurança e confidencialidade, bem como no âmbito da transferência de dados e gestão de incidentes, sem prejuízo das demais obrigações resultantes para terceiros, incluindo a entidade gestora da plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pela entidade contratante, em especial no exercício da atividade de gestão e exploração da mesma, e a entidade com responsabilidades nas áreas da construção, do imobiliário e da contratação pública, nomeadamente no domínio da regulação da contratação pública e dos contratos públicos, o Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P. (IMPIC, I.P.).
2. Para efeitos do disposto no corpo da presente cláusula, é aplicável o disposto na legislação sobre proteção de dados, nacional e europeia, bem como o previsto no Regulamento (UE) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE, com especial acuidade o artigo 4.º, e, ainda, as deliberações do Grupo de Trabalho do artigo 29.º, existentes ou futuros.

3. Para efeitos do disposto na presente cláusula, no âmbito do contrato, a obrigação referida incluirá logo o cumprimento de todos os demais deveres e obrigações estipulados nestas matérias, à luz e ao abrigo do direito nacional e comunitário aplicáveis.

PARTE II

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Objeto	Feira do Ano 2023 Programação Cultural Equipamentos
Período	2 a 10 de setembro de 2023
Local	Recinto da Feira do Ano 2023 Largo da Feira da Vila de Montemor-o-Velho
Montagem	Até 28 de agosto de 2023
Desmontagem	A partir de 11 de setembro de 2023
Especificações Técnicas	

1. Elenco Artístico Principal
2 de setembro de 2023 Calema
3 de setembro de 2023 Nininho Vaz Maia
4 de setembro de 2023 Ana Malhoa
5 de setembro de 2023 Carolina Deslandes + Banda Funkoff
6 de setembro de 2023 Sara Correia
7 de setembro de 2023 Bispo + Mizzy Milles
8 de setembro de 2023 Jorge Palma
9 de setembro de 2023 Ivandro + Dj Paredão
10 de setembro de 2023 Fada Juju

2. Elenco Artístico Secundário
2 de setembro de 2023 Rockluso
3 de setembro de 2023 Sax & Companhia
4 de setembro de 2023 Black Stones
5 de setembro de 2023 Baluarte
6 de setembro de 2023 Mickael Salgado
7 de setembro de 2023 Jabalizes
8 de setembro de 2023 Adelaide Sofia Fado
9 de setembro de 2023 Sílvio Girão com Teresa Tapadas e António Pinto Basto
10 de setembro de 2023 Concerto Afonso Duarte

3. Elenco Artístico Dj's

2 de setembro de 2023 | Dj Diogo Almeida + Oscar DJ

3 de setembro de 2023 | Dj Fabian Diaz

4 de setembro de 2023 | DJ Gonçalo Henriques

5 de setembro de 2023 | DJ Faria

6 de setembro de 2023 | DJ Agri Rui

7 de setembro de 2023 | DJ Mendes

8 de setembro de 2023 | Dj Juan Kasew

9 de setembro de 2023 | DJ Bad Monkeys + Old Guy

4. Elenco Artístico Freguesias em Festa

2 a 10 de setembro de 2023 | Programação com o associativismo concelhio: música, folclore, etnografia entre outros

5. Palcos

Palco Principal

Palco Tasquinhas

Tenda Eletrónica

6. Serviço de aluguer do equipamento necessário para cumprimento do rider técnico dos artistas referenciados nos pontos 1, 2, 3 e 4, nomeadamente:

. Aluguer, montagem, desmontagem de palco orbital 15mx10m com áreas de serviço 2,5mx10m, escada e rampa de acesso direto às áreas de serviço, régie de 5mx5m coberta;

. Aluguer, montagem, desmontagem de duas torres tipo layher de 10m de altura para suspensão de sistema de som com isocontentores para criação de lastro;

. Cumprimento do rider técnico dos artistas que vão atuar na Feira do Ano 2023;

. Aquisição e operação de efeitos especiais (EFX), para cumprimento do rider técnico dos artistas que vão atuar na Feira do Ano 2023;

. Palco tradicional 10mx10m, com escada de acesso (Palco Tasquinhas);

. Aluguer, transporte, montagem, operação e desmontagem de equipamentos de som para todos os palcos da Feira de Ano 2023;

. Aluguer, transporte, montagem, operação e desmontagem de vídeo led, cumprimento de rider técnico;

. Aluguer, transporte, montagem, operação e desmontagem de equipamentos de som e luz, para Tenda Eletrónica (cumprimento do rider técnico do elenco artístico dj's);

- . Aquisição e operação de efeitos especiais (EFX), para as atuações dos artistas, na tenda eletrônica, conforme rider;
- . Som de rua ambiente.

7. Da responsabilidade do Município de Montemor-o-Velho:

- . Fornecimento de energia para todos os equipamentos / palco;
- . Fornecimento de equipamentos: camarim, mesas, cadeiras palco Tenda Eletrónica;
- . Fornecimento de equipamento de wc para backstage de palco Tenda Eletrónica;
- . Limpeza diária de zonas de backstage e palco Tenda Eletrónica e Palco Tasquinhas;
- . Equipa de segurança permanente, em quantidade que garanta a segurança de pessoas e equipamentos;
- . Licenças e seguros do evento;
- . Fornecimento de água, para isocontentores;
- . Fornecimento de baias, para segurança de zona de backstage e palco.

Montemor-o-Velho, x de x de 2023

O Presidente da Câmara Municipal,

Emílio Augusto Ferreira Torrão, Dr.